

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL

Procedimento n.º 11/2025/IGeFE/CPI

CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS ON PREM EM CLOUD

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes do código dos contratos públicos, na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral

Núcleo de Contratação Pública



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Índice

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Clausula 1.ª - Objeto do procedimento.....	4
Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante	4
Cláusula 3.ª - Documentos integrantes do Contrato	4
Cláusula 4.ª - Local de entrega dos bens.....	5
Cláusula 5.ª - Prazo de execução do contrato.....	5
Cláusula 6.ª - Preço base.....	6
Cláusula 7.ª - Liberação da caução	7
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	7
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	7
Cláusula 8.ª - Preço contratual	7
Cláusula 9.ª - Obrigações da entidade adjudicante	8
Cláusula 10.ª - Condições e prazo de pagamento.....	8
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	10
Cláusula 11.ª - Faturação eletrónica	10
Cláusula 12.ª - Obrigações principais do adjudicatário	10
Cláusula 13.ª - Outros encargos	12
Cláusula 14.ª - Dever de Informação.....	13
Cláusula 15.ª - Acesso às instalações	14
Cláusula 16.ª - Inspeção e testes	14
Cláusula 17.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	14
Cláusula 18.ª - Aceitação dos bens.....	15
Cláusula 19.ª - Garantia técnica	16
Cláusula 20.ª - Utilização dos sistemas de informação	17
Cláusula 21.ª - Exigência de qualidade.....	17
Cláusula 22.ª - Sigilo e confidencialidade.....	17
Cláusula 23.ª - Patentes, licenças e marcas registadas	18
Cláusula 24.ª - Direitos de propriedade intelectual	19

Cláusula 25.^a - Proteção e tratamento de dados pessoais	19
Cláusula 26.^a - Boa-fé.....	22
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	22
Cláusula 27.^a - Penalidades Contratuais	22
Cláusula 28.^a - Casos fortuitos ou de força maior	23
Cláusula 29.^a - Resolução e extinção do contrato	24
Cláusula 30.^a - Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário	25
Cláusula 31.^a - Efeitos da resolução	26
Cláusula 32.^a - Responsabilidade	26
Cláusula 33.^a - Cessão da posição contratual e subcontratação	27
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	28
Cláusula 34.^a - Prazos e regras de contagem na execução	28
Cláusula 35.^a - Comunicações e notificações	28
Cláusula 36.^a - Gestor do Contrato.....	29
Cláusula 37.^a - Foro competente para a resolução de litígios.....	29
Cláusula 38.^a - Legislação aplicável	29
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	30
I - Âmbito.....	30
IV - Requisitos de natureza ambiental	41

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Clausula 1.ª - Objeto do procedimento

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., doravante também designado por IGeFE, I.P., na sequência do presente procedimento pré-contratual, por concurso público que tem como objeto a **“Contratação de plataforma de proteção e segurança de dados pessoais e sensíveis on prem em cloud”** com as características técnicas descritas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. A tipologia, quantidades, especificações técnicas, requisitos técnicos e funcionais abrangidos pela presente aquisição é a que se encontra definida na Parte II do presente caderno de encargos.
3. O presente procedimento insere-se no CPV 48730000-4- Pacote de Software de Segurança, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 21 394 92 00, de telefax +351 21 390 70 03 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Cláusula 3.ª - Documentos integrantes do Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:



- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexo;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (*a existirem*).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe, segundo o n.º 5 do art. 96.º do CCP.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pela entidade adjudicante e aceites pelo adjudicatário, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.
5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª - Local de entrega dos bens

1. A disponibilização dos bens objeto do contrato a celebrar, e os respetivos serviços de instalação, configuração e formação, ocorrerá nas instalações da Entidade Adjudicante, sitas na Avenida 24 de Julho, n.º 134, 1399-029 Lisboa.
2. A entidade adjudicante reserva-se no direito de alterar o local de execução do presente procedimento, mediante prévia comunicação ao adjudicatário, sem custos adicionais.

Cláusula 5.ª - Prazo de execução do contrato

1. O contrato inicia a sua vigência na data da sua assinatura e vigora pelo prazo de 36 (trinta



e seis) meses.

2. O adjudicatário obriga-se à entrega dos bens no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato.
3. O termo do contrato não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. O prazo de execução suspende-se, pelo período requerido e fundamentado pelo adjudicatário desde que autorizado pela entidade adjudicante, nos termos a seguir indicados, ou por iniciativa da entidade adjudicante, devidamente fundamentada.
5. A suspensão prevista na primeira parte do número anterior opera mediante requerimento fundamentado do adjudicatário com a antecedência mínima de 30 dias sob o respetivo início do período requerido, e apenas se expressamente deferido pela entidade adjudicante nos 5 dias úteis subsequentes ao do pedido efetuado.

Cláusula 6.ª - Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.
2. O preço base do presente procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP é de **€ 297.000.00 (duzentos e noventa e sete mil euros)**, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP foi apurado, de acordo com preços atualizados do mercado obtidos através de Consulta Preliminar ao Mercado, por força do art. 35.-A do CCP às seguintes entidades: Hexa-engineering, NIPC: 517986990; CyberSafe Lda, NIPC: 513775110 e Beyondimension, NIPC: 510376320.
4. Todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar podem ser consultadas nos serviços da entidade adjudicante.

Cláusula 7.ª - Liberação da caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, porquanto o preço contratual é inferior a € 500.000,00.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE****Cláusula 8.ª - Preço contratual**

1. Pela presente aquisição bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante designadamente:
 - a) Incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - b) Impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato, dentro ou fora do território nacional;
 - c) A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.
3. Não há lugar à revisão ou à atualização do preço contratual.

Cláusula 9.ª - Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da(s) prestação(ões) e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 11.ª do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário pelos bens que efetivamente venham a ser entregues/disponibilizados.
3. Constitui obrigação da entidade adjudicante disponibilizar ao adjudicatário todos os meios necessários para a execução do contrato.
4. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da entrega e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor designado na Cláusula 36.ª, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.
5. A entidade adjudicante procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do contrato.
6. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.
7. O atraso em qualquer momento por parte da entidade adjudicante no cumprimento de obrigações pecuniárias, não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato celebrado, salvo se a invocação da exceção de cumprimento não implicar grave prejuízo para a realização do interesse público.

Cláusula 10.ª - Condições e prazo de pagamento

1. A entidade adjudicante fica obrigada a pagar ao adjudicatário, o preço constante da



proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço dos bens a disponibilizar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto neste caderno de encargos e da proposta apresentada, não podendo em caso algum ser superior ao preço base definido na Cláusula 6.ª.

3. O encargo total pela execução da entrega dos bens e sua instalação será regularizado em 3 (três) prestações anuais.

4. A faturação à entidade adjudicante será emitida de acordo com os números anteriores da presente cláusula, após, estar concluída a entrega, inspeção e testes e a aceitação dos bens objeto do contrato, através de notificação da sua conformidade e aceitação (por e-mail) por parte do gestor do contrato indicado pela entidade adjudicante.

5. A documentação e as questões relacionadas com faturação ou pagamentos devem ser enviadas para o email: financeira.usfp@igefe.medu.pt.

6. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contar da data de entrada da fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que a mesma tenha sido aprovada, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.

7. A(s) fatura(s) referida(s) nos números anteriores, emitida(s) à entidade adjudicante, deve(m) conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário:

- a. Número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o contrato [a indicar pela entidade adjudicante]
- b. Número de contribuinte do IGeFE: 600 086 631;

8. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeite o contrato ou o presente Caderno de Encargos.

9. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.

10. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o Adjudicatário tem direito aos juros

de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 11.ª - Faturação eletrónica

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, as micro, pequenas e médias empresas, assim como as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes estão obrigadas a aderir à faturação eletrónica no âmbito da execução de contratos públicos, a partir do dia 1 de janeiro de 2023, e de acordo com o disposto no artigo 299º-B do CCP.

Cláusula 12.ª - Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de proceder à disponibilização dos bens objeto do presente procedimento bem como os serviços de instalação configuração e formação, nos termos constantes das cláusulas técnicas consignadas na parte II do presente caderno de encargos, bem como:

- a. Obrigação de disponibilização das licenças identificadas na proposta, com as características descritas na parte II das especificações técnicas em perfeitas condições de serem utilizadas e com as características para os fins que se destinam, no prazo fixado na cláusula 5.ª;
- b. Obrigação de fornecer todas as atualizações/*upgrades* às licenças identificadas na cláusula 1.ª, durante o período de vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação;
- c. Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade das licenças;
- d. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços de pós-venda decorrentes da aquisição abrangida pelo presente procedimento durante o prazo de vigência estabelecido na cláusula 5.ª.

- e. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, todos os documentos em língua portuguesa ou inglesa que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
2. Apenas se consideram disponibilizados os bens com a aceitação de conformidade comunicada por escrito pela entidade adjudicante.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
- a) Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, na sua atual redação;
 - b) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;
 - c) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução do Contrato, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
 - d) Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento da Adjudicatária ou por este gerido em primeira linha;
 - e) Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções dos contraentes públicos, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;

- f) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
- g) Não alterar as condições da execução do contrato fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
- h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens e são prestados os serviços associados, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- i) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como alterações dos seus quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços;
- k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 13.^a - Outros encargos

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da Lei ou do contrato.
2. São, designadamente, da responsabilidade do adjudicatário:
 - a) Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário ou de passagem em transporte;



- b) Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da Lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do adjudicatário;
- c) Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente, de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias;
- d) Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no contrato, designadamente, de bom e pontual cumprimento.

3. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as da prestação da caução, caso haja lugar.

Cláusula 14.ª - Dever de Informação

1. O adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela entidade adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 (dez) dias, à entidade adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias,

constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 15.ª - Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Cláusula 16.ª - Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nas Cláusula Técnicas do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a totalidade dos bens, sendo efetuada através dos testes que comprovem o seu correto funcionamento.
3. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 17.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias



1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 18.^a - Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula anterior comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, no prazo máximo de cinco (cinco) dias após instalação, devem considerar-se aceites os bens pela entidade adjudicante
2. Findo, os 5 (cinco) dias mencionados no número anterior sem qualquer comunicação de anomalia pela entidade adjudicante, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A aceitação mencionada no n.º 1, não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 19.ª - Garantia técnica

4. Os prazos de garantia mínimos dos bens objeto do presente procedimento são os legalmente definidos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP, conjugado com o Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua redação atual, no entanto, caso o prazo de garantia definido pelo adjudicatário seja superior ao estabelecido pela lei, vigorará esse prazo.

5. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da aceitação dos bens.

6. A garantia inicia-se a partir da data da assinatura do auto de receção, e abrange, na medida do aplicável:

- a) O fornecimento, a correção, a montagem ou a integração dos bens ou quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação, de entrega ou àquele que for indicado pela Entidade Adjudicante;
- g) A mão-de-obra.

7. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.

8. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 20.^a - Utilização dos sistemas de informação

Sempre que a execução dos serviços associados de assistência pós venda implique o acesso às instalações e utilização dos sistemas de informação da entidade adjudicante, por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na entidade adjudicante.

Cláusula 21.^a - Exigência de qualidade

1. O Adjudicatário obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.
2. O Adjudicatário obriga-se a substituir qualquer recurso utilizado a solicitação da Entidade Adjudicante, com fundamento na inadequação para o trabalho a desenvolver.
3. Todos os recursos utilizados pelo Adjudicatário obedecerão aos perfis referidos na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 22.^a - Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativamente à entidade adjudicante, a que tenham acesso ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático), sendo



esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.

2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Em especial, o adjudicatário obriga-se:

- a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
- b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.

6. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto, relativa à proteção de dados pessoais e no Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.

Cláusula 23.^a - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário, quaisquer encargos decorrentes da utilização, disponibilização na execução da plataforma de proteção e segurança de dados pessoais e sensíveis on prem em cloud mencionado na parte II do Caderno de Encargos, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução



do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 24.ª - Direitos de propriedade intelectual

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo Adjudicatário para o IGeFE, I.P. ou pelo IGeFE, I.P. ao abrigo do Contrato, incluindo nomeadamente software, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, know-how, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, pertence ao IGeFE, I.P. ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo exclusivamente a este todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual previsto pela conjugação das Cláusulas 6.ª e 10.ª.
2. O Adjudicatário garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com ele possuam, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras indicadas no número anterior pertencem exclusivamente ao IGeFE I, I.P.

Cláusula 25.ª - Proteção e tratamento de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. As partes obrigam-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhes sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do contrato, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração que:



- a. Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados, incluindo a proteção contra a sua perda ou destruição;
- b. A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a execução do contrato e durante o período de vigência do mesmo;
- c. Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
- d. Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável.

Cláusula 26.ª - Princípios de governo digital

De acordo com o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2021, de 10 de setembro, os novos desenvolvimentos devem atender aos princípios de governo digital constantes do modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços digitais, publicados em tic.gov.pt, e atender aos regulamentos e normas europeus ou nacionais em vigor, incluindo aqueles definidos ou aprovados pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), publicados em tic.gov.pt, nomeadamente:

- a) Integração com o serviço autenticação.gov.pt para a autenticação segura de utilizadores e seus atributos;
- b) Reutilização de dados disponíveis por outros serviços ou entidades através da interoperabilidade na AP (iAP) implementando o princípio once-only;
- c) Publicação dos metadados dos dados registados no contexto da realização do serviço no catálogo de dados associado à iAP e sua disponibilização a outros serviços através da iAP;
- d) Publicação dos serviços disponíveis e seus metadados no Catálogo de Entidades e Serviços;
- e) Integração no portal nacional de serviços públicos ePortugal.gov.pt;
- f) Disponibilização dos serviços e conteúdos pelo menos nos idiomas português e inglês;

- g) Adoção de linguagem clara conforme os guias de boas práticas;
- h) Conformidade com as melhores práticas no que respeita a usabilidade e acessibilidade a um nível equivalente ou superior ao exigido pelo «selo de prata de usabilidade e acessibilidade digital»;
- i) Disponibilização de funcionalidade de avaliação da satisfação com os serviços de acordo com o referencial de avaliação transversal à AP;
- j) Filiação e integração de linhas e canais de apoio à realização dos serviços na linha iCidadão;
- k) Disponibilização de dados estatísticos relativos ao atendimento, incluindo volumes, tempos de espera e satisfação para efeitos de priorização de iniciativas estratégicas de melhoria da qualidade dos serviços;
- l) Disponibilização de serviços para gestão centralizada de agendamento e filas de espera;
- m) Publicação automática, preferencialmente a tempo real, dos dados abertos associados ao serviço;
- n) Reutilização dos serviços transversais à AP, nomeadamente:
 - i) GAP - gateway de mensagens da AP;
 - ii) PPAP - Plataforma de pagamentos da AP;
 - iii) SPNE - Serviço Público de Notificações Eletrónicas;
 - iv) LAE - Livro Amarelo Eletrónico;
 - v) Plataforma de Gestão de Relacionamento da AP;
- o) Utilização do framework de adoção de modelos de computação na nuvem (cloud) nos processos de definição de arquitetura das soluções, em conformidade com a Estratégia Cloud para a AP em Portugal, disponível em tic.gov.pt;
- p) Conformidade com as políticas transversais de privacidade de dados da AP;
- q) Conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança;
- r) Conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» os objetivos ambientais ao abrigo do regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);
- s) Conformidade com a autoavaliação da segurança, ao abrigo da alínea g) do n.º

4 do artigo 18.º do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o MRR.

Cláusula 26.ª - Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 27.ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes e decorrentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos de disponibilização dos bens, por razões imputáveis ao adjudicatário, e pelo incumprimento das características, especificações e requisitos definidos neste caderno de encargos, em especial na sua Parte II, correspondente a:
 - a. No primeiro período de 7 (sete) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável 1% (um por cento) do preço final do contrato por cada dia útil de atraso, não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
 - b. A partir do 8.º (oitavo) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do contrato, por cada dia de atraso não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 3% (três por cento) do valor contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1 anterior, relativamente ao objeto contratual cujo atraso na entrega/cedência tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a eventual reiteração, o grau de culpa (dolo ou negligência) do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos à luz do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos desta cláusula.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a inexistência de manutenção do Licenciamento tem um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda, nos termos deste caderno, contrato e proposta adjudicada, até que a situação em causa se mostre normalizada.
7. As penas pecuniárias previstas nesta cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija, para ressarcimento de todos os demais prejuízos causados, uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 28.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de

sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. O adjudicatário é responsável pelos atos e omissões que possam causar prejuízos à entidade adjudicante ou a terceiros, praticados através da ação dos seus trabalhadores e colaboradores, ainda que tais atos ou omissões sejam dolosa ou negligentemente praticados em violação de ordens ou instruções que aquela lhes haja transmitido, no âmbito dos poderes de autoridade e direção que exerce sobre os mesmos.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 29ª - Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade



adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. Não satisfação dos requisitos técnicos e funcionais mínimos, e condições do fornecimento;
 - b. Prestação de falsas declarações.
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário pela entidade adjudicante.
4. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.
5. São causas de extinção do contrato:
- a. O incumprimento;
 - b. A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
 - c. A revogação;
 - d. A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 30.ª - Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário pode resolver o contrato em caso de atraso, por parte da entidade adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a cessação das obrigações do adjudicatário relativamente aos serviços já prestados.



Cláusula 31.ª - Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, fixada em 25% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
2. A resolução do presente contrato não prejudica a transferência de direitos de autor relativamente às peças ou elementos que, até esse momento, tenham sido apresentados pelo adjudicatário.

Cláusula 32.ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade pública contratante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das normas gerais de direito e do presente artigo.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade pública contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de prestações emergentes do presente contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
3. Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do contrato decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho.
4. A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos factos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.

5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente contribuições para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
6. O adjudicatário bem como o pessoal que o mesmo afete à prestação dos serviços objeto do contrato é responsável pela integridade e disponibilidade dos bens e sistemas instalados nos locais a que têm acesso, não os podendo utilizar para outros fins que não os expressamente decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato.

Cláusula 33.ª - Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, nem subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo, sem autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo adjudicatário, obedece ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
3. A autorização da subcontratação e da cessão da posição contratual depende:
 - a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado ou cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
4. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o subcontratado ou o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
5. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 34.ª - Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência ao adjudicatário;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente assinalado;
- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 35.ª - Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações ou notificações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada com aviso de receção ou fax, de acordo com os seguintes elementos:

Morada: Av. 24 de Julho, n.º 134 – 5.º - 1399-029 Lisboa

Fax: 213907003

e-mail: compras@igefe.mec.pt.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada

ou de carta registada com aviso de receção.

4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
- b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
- c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
- d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 36.ª - Gestor do Contrato

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pelo IGeFE, I.P.

Cláusula 37.ª - Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 38.ª - Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente caderno de



encargos, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as restantes disposições regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.

2. As normas do Código dos Contratos Públicos relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I - Âmbito

O presente objeto visa a aquisição de uma plataforma de segurança de dados, com os requisitos e características em anexo, de modo a detetar, classificar e reforçar a segurança de dados, especialmente os pessoais, sensíveis e confidenciais, protegendo-os de acessos e alterações não autorizadas, garantindo a sua segurança, sua integridade e confidencialidade

II - Especificações técnicas / Requisitos



Alerting

Características	Descrição
Alertas de atividade de ficheiros	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para eventos de atividade de ficheiros, incluindo acesso a ficheiros, e excluir, modificar ou criar eventos.
Alertas de eventos de alteração de permissão	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para eventos de alteração de permissão.
Alertas de eventos do serviço de diretório	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para eventos de serviço de diretório.
Alertas de eventos por utilizador	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para eventos por utilizador.
Alertas de eventos por containers	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para eventos por container.
Alertas de alterações de group membership	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para alterações de associação ao grupo.
Alertas de alteração de grupo de segurança global	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para alterações globais de grupos de segurança.
Alertas de alteração de associação de grupo de contas de segurança	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para a associação ao grupo de alteração de contas de segurança.
Identificação de potenciais ameaças cibernéticas e alertas de padrão de ataque comum	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para identificar potenciais ameaças cibernéticas e padrões comuns de ataque.
Links de partilha público e em toda a organização que expõem alertas de dados confidenciais	Estabelecer triggers predeterminados para incidentes de segurança e alertas com base em políticas definidas para links de partilha públicos e em toda a organização que expõem dados confidenciais.
Alertas de acesso a dados confidenciais	Formar perfis de comportamento de linha de base e usar modelos de ameaça baseados em comportamentos para alertar sobre o acesso anómalo a dados sem atividade.
Alertas sobre atividades atípicas no M365	Formar perfis de comportamentos de linha de base e usar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades M65 incomuns ou arriscadas.
Alertas de atividades anómalos do Exchange Online	Formar perfis de comportamentos básicos e utilizar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades incomuns ou arriscadas no Exchange Online.

Alertas de atividades VPN anómalas	Formar perfis de comportamentos básicos e utiliza modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades de VPN incomuns ou arriscadas.
Alertas de atividade anómalas do proxy	Formar perfis de comportamentos básicos e utilizar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades de proxy incomuns ou arriscadas.
Alertas de atividade anómalas do DNS	Formar perfis de comportamentos básicos e utilizar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades de DNS incomuns ou arriscadas.
Alertas de comportamento anómalo da conta de administrador	Formar perfis de comportamentos básicos e utilizar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre atividades dos admins incomuns ou arriscadas.
Alertas de comportamento anómalo da conta de serviço	Formar perfis de comportamentos de linhas de base e usar modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre o comportamentos incomuns ou arriscados das contas de serviço.
Alertas de comportamento anómalo da conta executiva	Formar perfis de comportamentos de linhas de base e utilização de modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar sobre o comportamentos incomuns ou arriscados das contas executivas.
Alertas anómalos de acesso a dados executivos	Formar perfis de comportamentos básicos e utilização de modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar quando os dados executivos são acedidos de forma anómala.
Alertas anómalos de acesso a caixas de correio executivas	Formar perfis de comportamentos básicos e utilização de modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar quando as caixas de correio executivas são acedidas de forma anómala.
Alertas de deteção de ferramentas de exploração ou reconhecimento	Formar perfis de comportamentos de linhas de base e utilização de modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar quando ferramentas de exploração ou reconhecimento são detetadas.
Deteção avançadas e automática de alertas de ameaças cibernéticas	Detetar e indicar automaticamente onde sejam identificadas as atividades correspondes a ciber-ameaças e padrões de ataque comuns.
Alertas de atividade anómala da A.D.	Formar perfis de comportamento básicos e utilização modelos de ameaças baseados em comportamentos para alertar relativamente à deteção de atividades anómalas da Active Directory.
Alertas de acesso provenientes de países pouco comuns ou novos	Monitorização e deteção de utilizadores com login a partir de um país novo ou incomum.
Compliance	

Característica	Descrição
Dashboards de compliance	Visibilidade em toda a empresa para deteção, auditoria e relatórios de conformidade eficazes numa ampla variedade de normas regulamentares. Painéis de risco em tempo real e relatórios de conformidade sob demanda para fornecer aos auditores e equipas de conformidade, conhecimento em tempo real sobre exposição, uso, propriedade e obsoleto.
Atualizações automáticas de políticas	Enviar automaticamente as políticas de classificação mais recentes com base em quaisquer novas regulamentações ou estruturas de conformidade, sem necessidade de atualizações demoradas, downloads de pacotes ou patches.
Data Discovery and Classification	
Característica	Descrição
Classificação de dados sensíveis	Biblioteca de políticas de classificação de dados para encontrar dados confidenciais ocultos nos armazenamentos de dados locais e na nuvem. Usar correspondência de proximidade, palavras-chave negativas e verificação algorítmica para gerar resultados precisos. Priorizar facilmente o risco vendo onde os dados confidenciais estão concentrados e onde estão em risco.
Regras predefinidas personalizáveis	Acesso a regras e políticas de classificação criadas por especialistas e de atualização automática que possam ser personalizadas para a organização.
Crítérios de classificação personalizáveis	Permitir configurar os tipos de arquivo a serem digitalizados e definir limites de tamanho de arquivo. <u>Definir</u> quais tipos de dados confidenciais a descobrir em cada verificação -- por exemplo, configurar uma verificação para encontrar apenas dados financeiros.
Classificadores personalizados	Permitir que os utilizadores criem facilmente os seus próprios classificadores personalizados, para descobrir dados confidenciais exclusivos para as suas necessidades organizacionais, incluindo propriedade intelectual
Scans de classificação no nível de arquivo	Execução de scan em tempo real de ficheiros e aplicar rótulos de classificação usando regras internas e uma biblioteca de padrões.
Relatórios e painéis de classificação	Relatórios e painéis que mostrem onde os dados confidenciais estão concentrados e expostos e onde remover o acesso desnecessário para alcançar a conformidade e manter riscos baixos.
Scan OCR	Fornecer digitalização OCR para documentos e imagens.
Descoberta contínua de dados	Verificar dados na nuvem e dados locais. Resumir os insights de descoberta em painéis de risco em tempo real que mostrem concentrações de dados confidenciais por tipo e priorizar com base na exposição, atividade, densidade, metadados, tamanho, obsolescência.

Análise de ficheiros	Análise de ficheiros que permita olhar para dentro dos ficheiros e ver exatamente onde os acessos de dados confidenciais são encontrados.
Scan incremental verdadeiro	Scan incremental que permita resultados de classificação rápidos. Auditoria de atividade de arquivo que informe ao mecanismo de classificação quais ficheiros foram criados ou alterados. Controlar o âmbito do que deseja classificar para obter resultados ainda mais rápidos e cargas de processamento mais baixas.
Etiquetas de sensibilidade precisas e acionáveis	Integrar-se totalmente com o Microsoft Purview Information Protection (MIP), para que as etiquetas que aplicadas sejam totalmente compatíveis com o EDR, DLP e DRM. Criar políticas de rotulagem granulares para se adequem aos requisitos de privacidade e proteção de dados da organização e rotular de forma automática e consistente os ficheiros no local e no Microsoft 365.
Labell automatizado	Utilizar os resultados de classificação da aplicação/solução para encontrar e corrigir ficheiros que sejam classificados (labelling) incorretamente pelos utilizadores finais ou que não foram rotulados. Aplicar facilmente políticas de proteção de dados, como criptografia, com rótulos.
Least Privilege Automation	
Característica	Descrição
Remediação automática de links de colaboração que expõem dados confidenciais	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem dados confidenciais
Remediação automática de qualquer link de colaboração que exponha dados pública ou externamente	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem dados pública ou externamente
Auto-remediação de links de colaboração que compartilham dados com "qualquer pessoa na internet"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem publicamente os dados à Internet.
Auto-remediação de links de colaboração que compartilham dados com "qualquer pessoa na organização"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem dados para toda a organização
Correção automática de links de colaboração que compartilham dados com "pessoas específicas" no OneDrive	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem dados para toda a organização
Auto-remediação de contas que não são da organização a partir de links de "pessoas específicas"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que expõem dados a utilizadores externos

Auto-remediação de links que não foram usados em um determinado período de tempo	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que estão sem atividade
Auto-remediação de membros do grupo	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados com associações de grupo
Correção automática de permissões obsoletas de ACLs	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados que têm permissões obsoletas de ACLs
Remediação automática de utilizadores com "disabled" a partir de links de colaboração de "pessoas específicas"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados de utilizadores com deficiência em grupos de "pessoas específicas"
Correção automática de utilizadores com um domínio predefinido a partir de links de colaboração de "pessoas específicas"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente os links de colaboração dos utilizadores de um domínio predefinido dentro de grupos de "pessoas específicas"
Auto-remediação de grupos de acesso global	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente links de colaboração arriscados com grupos de acesso global
Auto-remediação de permissões diretas para utilizadores sem atividade	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente as permissões diretas de utilizadores sem atividade
Auto-remediação de permissões diretas para utilizadores sem atividade	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente as permissões diretas de utilizadores desabilitados
Remediação automática de permissões diretas para utilizadores de um domínio específico	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente as permissões diretas dos utilizadores de um domínio específico.
Auto-remediação da participação em grupos públicos	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente a associação a grupos públicos
Auto-remediação de membros em grupos de toda a organização	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente a associação a grupos de toda a organização
Auto-remediação de membros em grupos dinâmicos	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente a associação a grupos dinâmicos
Auto-remediação de associação em utilizadores com "disabled"	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente a associação de utilizadores desabilitados
Correção automática da associação de utilizadores que não são da organização em grupos com funções de administrador	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente a associação de utilizadores que não são da organização em grupos com funções de administrador
Auto-remediação de grupos vazios	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente grupos vazios
Auto-remediação de utilizadores sem atividade	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente utilizadores sem atividade
Auto-remediação de associações obsoletas	Política contínua executada em segundo plano e remover automaticamente associações obsoletas

Remediação de permissões diretas	Revogar as permissões diretas dos utilizadores para dados confidenciais e sem atividade
Políticas de correção personalizadas	Políticas de correção prontas, que se possam modificar para a organização. Personalizar com base na sensibilidade, obsolescência, localização, tipo de link.
Reverter a política de automação "Remediar a exposição em toda a organização"	Restaurar as permissões de toda a organização no Windows para um estado antes da execução de uma regra de correção. Aplicar políticas de automação para resolver rapidamente erros ou problemas que possam ter surgido devido a alterações recentes de acesso automatizado.
Real-time Visibility	
Característica	Descrição
DSPM dashboards	Painéis personalizáveis que destaquem riscos críticos, como pastas confidenciais abertas a todos os funcionários, utilizadores privilegiados com senhas fracas. Exibir widgets que mostram dados expostos do GDPR, riscos de links de partilhado Microsoft 365.
Sharepoint Online dashboard	Resumir as informações de dados do SharePoint Online em painéis de risco em tempo real. Ver widgets que mostrem permissões obsoletas, exposição do site, associações de grupo obsoletas.
File Servers dashboard	Resumir as informações de dados dos Servidores de ficheiros em painéis de risco em tempo real. Ver widgets que mostrem ficheiros confidenciais expostos, pastas expostas, permissões obsoletas entre outros.
Active Directory dashboard	Resumir os insights dos dados do AD em painéis de risco em tempo real. Visualizar widgets que mostrem utilizadores com palavras-passe que nunca expiram, contas de utilizador obsoletas, contas executivas entre outros.
Azure AD Dashboard	Resumimos os insights de dados do Azure AD em painéis de risco em tempo real. Visualize widgets que mostram utilizadores desatualizados com funções administrativas, associações desatualizadas em grupos, grupos públicos entre outros.
Edge Dashboard	Analisar a VPN, o DNS e a atividade web no contexto de dados, e-mail e comportamento da Active Directory para detetar e impedir malware na extremidade da rede. Fornecer conhecimento em tempo real de configurações arriscadas e indicadores antecipados de compromisso. Visualizar widgets que mostrem sites maliciosos acedidos, domínios relacionados com phishing ou fraude acedidos, utilizadores ligados por VPN entre outros.
OneDrive Dashboard	Resumio dos insights de dados do OneDrive em painéis de risco, em tempo real. Visualizar widgets que mostrem a exposição de ficheiros, ficheiros confidenciais desatualizados, permissões desatualizadas entre outros.

Classification monitoring display	Fornecer insights abrangentes sobre os scans em execução e a extensão da cobertura de classificação no ambiente.
Visualização das permissões dos utilizadores	Visualização gráfica interativa de utilizadores com permissões para aceder o objeto e todos os objetos de dados que o utilizador ou grupo tem permissão para aceder
Vista bidirecional do acesso	Visão das permissões, com a possibilidade de clicar num recurso para ver quem tem acesso ao mesmo, ou realizar uma revisão automatizada de direitos, para ver tudo o que um utilizador pode aceder na plataformas SaaS.
Privileged account discovery	Execução de descoberta automática, contas de serviço e administradores com base no comportamento do utilizador, associações de grupo e outros metadados.
Privileged account monitoring	Acompanhar a inscrição de novos administradores, alterações na conta de administrador e segregação de violações de deveres por administradores.
Unmanaged, non-SSO user tracking	Verificar facilmente contas pessoais não federadas que iniciem sessão nos serviços de nuvem corporativos.
Active Directory & Azure A.D. attack surface analysis	Encontrar e corrigir configurações incorretas na AD, que os hackers normalmente explorem para obter acesso, mover-se lateralmente, persistir e, por fim, roubar os dados. Ao correlacionar eventos da A.D. com acesso a dados e atividade de rede, deverá detetar anomalias comportamentais numa conta de serviço que aceda a dados confidenciais a partir de um dispositivo pessoal.
Built-in reports	Relatórios integrados, como relatórios de tendências, relatórios sobre permissões e relatórios sobre dados ativos e sem atividade. Executar relatórios sob demanda ou agendar para entrega automática.
Visualização da atividade de acesso a ficheiros	Vista gráfica de toda a atividade de acesso a ficheiros
Visualização da atividade de audit	Vistas de resumo gráfico de nível superior da atividade de auditoria
Data store discovery	Capacidade de descobrir armazenamentos de dados no ambiente
Análise de exposição de dados	Fornecer uma exibição gráfica interativa dos níveis de exposição de permissões (interna, externa, convidado, em toda a organização, qualquer pessoa) no contexto com dados confidenciais para qualquer arquivo, pasta e site no SharePoint Online.
Exibir links de partilha M365 no contexto com sensibilidade e sem atividade	Fornecer uma visão gráfica interativa dos links de partilhado Microsoft 365 no contexto com sensibilidade e sem atividade
Data access intelligence	Saber quem pode aceder a dados sensíveis. Ao correlacionar identidades com permissões e atividades, visualizar e priorizar os maiores riscos para que se possa reduzir proactivamente o seu raio de exposição.
Reports	
Característica	Descrição

Relatório de Níveis de Exposição de Permissões	Fornecer um relatório de níveis de exposição de permissões (interno, externo, convidado, em toda a organização, qualquer pessoa) no contexto com dados confidenciais para qualquer arquivo, pasta e site no SharePoint Online
Relatório de permissões	Incluir informações de classificação em relatórios de permissões
Relatório de atividades de acesso a ficheiros	Fornecer saída de relatório da atividade de acesso a ficheiros
Relatório de acesso a dados sensíveis	Fornecer relatório sobre administradores que acedem dados confidenciais
Relatório de Resultados da Classificação	Fornecer relatório sobre resultados de classificação, incluindo o número de correspondências por arquivo por regra e para uso em outros modelos de relatório
Relatórios interativos/não interativos	Relatórios interativos e não interativos para apresentar informações de classificação aos proprietários de dados e partes interessadas
Relatório de exposição ao acesso global	Fornecer um relatório incluindo objetos de dados cujas permissões estão expostas a grupos de "acesso global" e quem está a usar ativamente essas permissões para aceder aos objetos de dados.
Scheduled Reports	Fornecer relatórios sob demanda e agendados aos proprietários atribuídos sobre os seus objetos e grupos de dados, incluindo permissões, atividade de acesso, estatísticas de acesso e alterações de permissões
SID não resolvido e relatório da ACE do utilizador individual	Fornecer relatórios sobre SID não resolvidos em ACLs e ACLs de utilizador Individual em ACLs
Stale Data report	Fornecer um relatório sobre dados sem atividade e utilizadores sem atividade
Stale Groups report	Fornecer relatórios sobre grupos de segurança vazios ou não utilizados
Disabled Users report	Fornecer um relatório de utilizadores desabilitados ainda em grupos de segurança
ACL data report	Consolidar os dados da ACL e gerir relatórios com parâmetros flexíveis, por exemplo, para excluir determinados grupos ou contas (por exemplo, contas de serviço "s-").
Reports com A.D.	Enriquecer os relatórios com informações do A.D. (ou fonte de informação alternativa) para facilitar os relatórios e a revisão por função, departamento e função.
Output control reports	Relatórios de controlo através da interação do utilizador e em modo automatizado em a) HTML, b) PDF, c) XLS e d) outros formatos.
Administrator report	Relatório sobre administradores que acedem a dados confidenciais
Threat Detection and Response	
Característica	Descrição
Proactive Incident Response	Observar os alertas. Alertar e ajudar a investigar possíveis incidentes.

Monitorização e enriquecimento contínuo de dados	Criar um registo normalizado de todas as ações importantes em seus dados — na nuvem e no local — sem a necessidade de agentes de endpoint. Os administradores e analistas têm um histórico completo de ficheiros, pastas, sites, permissões e muito mais na ponta dos dedos. Todos os eventos são normalizados e enriquecidos com contexto útil, como sensibilidade de dados, tipo de conta, nome do dispositivo, reputação de URL e geolocalização.
Alertas de UEBA	Nossos modelos de ameaças baseados em comportamento detetam atividades anormais de forma proativa e podem interromper ameaças aos dados antes que elas se tornem violações. Logs enriquecidos com atividade de aplicativos locais e na nuvem são consolidados em uma única interface, tornando as investigações rápidas e abrangentes.
Alertas de acesso baseados na UEBA	Monitorizar e normalizar a atividade do utilizador para formar perfis de comportamento de linha de base e usar modelos de ameaça baseados em comportamento para alertar sobre o comportamento de acesso de logon de arquivo, pasta, caixa de correio e dispositivo de utilizador incomum ou de risco.
Data activity auditing	Capturar todos os eventos críticos, para acelerar as investigações de segurança entre plataformas para ambientes locais e na nuvem.
Cross-platform audit trail	Log de audit unificada, para os administradores ou analistas de segurança saberem quem está a abrir, criar, excluir ou modificar recursos nas plataformas locais e na nuvem.
Análise forense pesquisável de audit de eventos	Criar um log pesquisável de atividades de dados enriquecida - cada criação, leitura, atualização, exclusão, upload, download, ação de partilha para ficheiros, pastas, e-mails e objetos e enriquecer eventos com: nome de utilizador, arquivo afetado, caminho, tempo de atividade.
Cloud detection & response	Usar modelos de ameaças integrados ou configurar alertas para detetar comportamentos suspeitos, como ransomware, exfiltração de dados e acesso não autorizado a dados nos ambientes SaaS. Tornar as investigações mais rápidas e eficazes, monitorizando como os utilizadores interagem com os dados e registar auditoria completa da atividade de acesso aos dados. Filtrar e classificar registos de auditoria por utilizador, tipo de evento ou aplicação na nuvem.
Automatic alert response	Com respostas instantâneas e automatizadas, para realização de intervenções para parar um ataque e limitar os danos. Capacidade de ligar às ferramentas XSOAR através de integrações baseadas em API para recuperação de incidentes, automatizada e eficientemente.
Live-updating threat models	Enviar automaticamente novos modelos de ameaças aos clientes com base nas ameaças visíveis. Biblioteca de modelos de ameaças prontos para uso, além de alertas de comportamentos que se adaptem à organização por meio de aprendizagem de máquina.

Integração com SIEM e XSOAR	Integre com o SIEM/SOAR existente através de qualquer um dos conectores (Splunk, QRadar, Plao, Altio, Cortex, XSOAR, Google Chronicle, SOAR, etc.) ou via syslog/SNMP.
MITRE ATT&CK mapping	Mapear alertas para táticas e técnicas MITRE ATT&CK, quando aplicável, tornando mais fácil entender como a ameaça se infiltrou no ambiente para melhor investigação, resposta e melhorias de segurança.
Investigação Cross-cloud	Audit Log da nuvem para identificar e investigar possíveis movimentos laterais em plataformas SaaS por ameaças.
Detecção de Exfiltração	Monitorizar o acesso aos dados para detetar infiltração e exfiltração através de fontes como o AD, EntraID, VPN, Proxy, DNS para detector.

III - Serviços que deverão estar incluídos:

Análise de resposta a incidentes para sessões de análise de alertas, resposta e remediação
24/7, 365:

- Análise proactiva de threat hunting;
- Incident response;
- Security Posture Assessments;
- Dedicated Security Expert;
- Plano Operacional para mitigação dos riscos identificados pela plataforma;
- Remediação dos pontos de risco com nível alto assim que são terminados os scans à infraestrutura do IGeFE;
- Reuniões trimestrais (QBR) para avaliação e identificação de pontos de melhoria e para a execução do plano operacional;
- Análise regulares de alertas por analistas para identificação de comportamentos de risco e fine-tuning da analítica;
- Ativar novos modelos de ameaça mediante o resultado das análises ao ambiente e por indicação do IGeFE;
- Ativação de modelos de remediação automático que vão permitir manter o IGeFE no modelo de privilégio mínimo, ao corrigir de forma imediata os indicadores de risco.;
- Revisão das regras de classificação para identificar dados sensíveis;



- Suporte 24/7/365;
- Atualizações automáticas de versões e de novas regras de classificação e indicadores de risco;
- Formação durante a duração do contrato, com possibilidade de modalidade "remota";
- Os concorrentes deverão indicar, para cada item, a página da proposta onde este consta.

IV - Resultados esperados integrados com os requisitos identificados

- Identificar qualquer tipo de dados sensíveis no ambiente híbrido do IGeFE;
- Identificar sobre-exposição destes dados sensíveis, e validar acessos indevidos, ou sobre dimensionados, a dados através das capacidades de colaboração do M365;
- Aplicar medidas de remediação automática, removendo permissões, onde seja necessário;
- Identificar a existência de sistemas operativos em risco no ambiente com eventos de autenticação por parte de utilizadores com privilégios de Admin;
- Promover a sensibilização e revisão do comportamento, de modo a evitar acessos indevidos ou potencial comprometimento das contas de privilégios elevados;
- Validar (de forma automática) se as políticas estão a ser aplicadas aos ficheiros certos;
- Identificar os dados pessoais sensíveis e onde aplicar as políticas, tanto em on-prem como em Cloud;
- Evitar a partilha de informação sem autorização;
- Emitir alertas sobre dados sensíveis, para preparar resposta automática;
- Alertar para comportamentos de riscos, como por exemplo a utilização de contas com acessos ou privilégios elevados;

- Em caso de ataque ou envio de informação sensível para fora da organização não autorizada, ficamos com a possibilidade de validar a informação que foi exfiltrada e por quem;
- Possibilidade de integrar com um SOC.